

Congresso ^{Nacional} inicia a avaliação da reforma econômica do governo Collor

por Marcos Magalhães
de Brasília

O destino das Medidas Provisórias 294 — que desindexou a economia — e 295 — em que está estabelecido o congelamento de preços e salários — começa a ser decidido nesta semana, quando os relatórios das comissões mistas criadas para apreciá-las começarão a analisar as mais de 400 emendas apresentadas ao texto original. Apesar da disposição de alterar vários pontos das medidas, os parlamentares tendem a aprovar as linhas básicas do plano econômico, segundo se prevê no Congresso Nacional.

“Não aprovar as medidas seria muito complicado, porque o governo nos atribuiria a responsabilidade do que vier a acontecer”, explicou na sexta-feira o líder do PMDB na câmara, deputado Genebaldo Correia (BA). “O que nós queremos é melhorar o plano”, disse ele. A mesma posição já começa a ser observada na bancada do PSDB, que deve acompanhar o PMDB na busca de soluções alternativas para as medidas. Genebaldo já tem encontro marcado nesta quarta-feira com o líder do PSDB na Câmara, depu-

tado José Serra (SP), para começar a traçar uma estratégia comum.

As maiores resistências à aprovação do plano econômico se concentram nos partidos de esquerda. Como prova de que não deverão facilitar a tramitação das duas medidas provisórias, PT, PDT e PC do B impetraram um recurso contra a aprovação — pelas duas comissões mistas — da admissibilidade de ambas.

Na opinião das lideranças dos três partidos, as medidas não preenchem os requisitos de relevância e urgência previstos na Constituição, sendo então irregular a continuidade da tramitação. Durante a votação da admissibilidade da Medida 295 na comissão mista, o senador Maurício Correia (PDT-DF), ex-presidente da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), discordou da orientação de seu partido, mas se absteve na votação. “Não quero ser um novo César Maia”, justificou.

Do lado do governo também surgiram muitas queixas contra o plano econômico, principalmente no que se refere ao congelamento de preços e à unificação das datas-base. Durante reunião realizada na



Genebaldo Correia

semana passada com o secretário especial de política econômica, Antônio Kandir, integrantes da bancada do PFL — maior partido de sustentação ao governo, com 84 deputados e 15 senadores — dirigiram pesadas críticas às medidas.

Mesmo assim, os parlamentares governistas não parecem dispostos a atrapalhar a aprovação do plano. O relator da Medida Provisória 295, deputado Paes Landim (PFL-PI), se declara abertamente contrário ao congelamento como método de combate à inflação, mas admite que

não condenará o recurso em seu parecer, uma vez que está convencido da necessidade do governo em adotá-lo em um momento de crise.

Da mesma maneira, o deputado já começa a rever suas críticas sobre a unificação das datas-base. “O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, mostrou-me que a concessão de reajustes salariais em apenas dois meses por ano limitaria a essas ocasiões as pressões inflacionárias que hoje são distribuídas por todo o ano”, explicou Landim.

Por tudo isso, é provável que os principais debates no Congresso se travem em torno das emendas apresentadas pelas bancadas do PMDB e do PSDB. Estarão em jogo modificações localizadas no plano econômico que o próprio governo já se mostrou disposto a aceitar. Além do acompanhamento constante do secretário Antônio Kandir, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, também estará atenta. Ela já pediu ao presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que lhe envie as cópias de todas as emendas apresentadas às medidas provisórias.